



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE CORDEIRÓPOLIS

**Lei nº 3.216**  
**de 30 de março de 2021.**

**Institui o Programa de Demissão Voluntária de servidores públicos do município de Cordeirópolis, conforme especifica e dá outras providências.**

O **Prefeito do Município de Cordeirópolis**, Estado de São Paulo usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, **faz saber** que **Câmara Municipal de Cordeirópolis** aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica instituído no âmbito administrativo municipal o Programa de Demissão Voluntária – PDV – do servidor público, visando a otimização do quadro recursos humanos do Poder Público e com isso possibilitar o equilíbrio das despesas públicas.

**Art. 2º** - O período de adesão ao Programa de Demissão Voluntária será até o dia 31 de dezembro de 2021.

**Art. 3º** - Poderão aderir ao Programa de Demissão Voluntária, os servidores que:

I – aposentados que ainda continuam exercendo suas atividades laborais dentro do quadro funcional setor público municipal;

II – servidores que estejam em período de avaliação probatória;

III – não se encontrarem em afastamento por motivo de doença ou por acidente de trabalho;

IV – estejam, no máximo, até 1 (um) ano da aposentadoria compulsória, de acordo com o artigo 40, parágrafo 1º, inciso II, da CF;

V – protocolarem seu pedido de adesão ao PDV, dentro do período constante no artigo 2º.

**Art. 4º** - O servidor que aderir ao PDV deverá exercer suas funções normalmente até a data do efetivo desligamento.

I – todos os pedidos deferidos e indeferidos serão devidamente publicados no Diário Oficial do Município e também no site oficial

**Art. 5º** - O servidor que aderir ao PDV terá os seguintes benefícios:

I – aviso prévio indenizado de acordo com a proporcionalidade do tempo trabalhado;

continua



**II** – recebimento da multa de 40,0%= (quarenta por cento) aplicado sobre os valores do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS - depositados na conta do servidor optante durante todo o seu contrato de trabalho;

**III** – indenização de férias vencidas e ou proporcionais juntamente com o 1/3 da Constituição Federal;

**IV** – indenização do 13º salário proporcional;

**V** – indenização referente a remuneração mensal vigente à época da rescisão, por ano de efetivo exercício, sendo o percentual de:

**§ 1.º** - 20,00% (vinte por cento) para as adesões ao PDV que ocorrerem em até 03 (três) meses após a publicação dessa Lei;

**§ 2.º** - 15,00% (quinze por cento) para as adesões que ocorrerem após o item anterior

**Art. 6º** - Considerar-se-á como remuneração mensal a soma do vencimento básico e das vantagens permanentes relativas ao cargo e dos adicionais de caráter individual, devidos no mês em que se efetivar o desligamento.

**Art. 7º** - No caso de novo ingresso no serviço público municipal, o tempo de serviço considerado para apuração do incentivo, nos termos desta Lei, não poderá ser reutilizado para o mesmo fim ou usufruto de qualquer benefício ou vantagem de caráter e finalidade idênticos a essa lei.

**Art. 8º** - A autorização para o pagamento das indenizações constantes da presente lei ficará condicionadas à disponibilidade financeira do Município, respeitada a ordem de protocolo de requerimento do agente público.

**Art. 9º**- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Cordeirópolis**, aos 30 de março de 2021, 123 do Distrito e 74 do Município.

  
**José Adinan Ortolan**  
Prefeito Municipal de Cordeirópolis

  
**Sandra Cristina dos Santos**  
Secretária Municipal de Justiça e Cidadania

Registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Justiça e Cidadania, em 30 de março de 2021.

  
**José Aparecido Benedito**  
Coordenador Administrativo chefe (SMJC)